

MOÇÃO C
CRÍTICA,
CONSTRUTIVA
E SOCIALISTA



Vivemos num mundo capitalista e patriarcal, cujas consequências se fazem sentir em todas as pessoas, de diferentes idades. Todavia, algumas das consequências do sistema em que vivemos agravam-se para as pessoas mais jovens, desde o trabalho precário à violência do conservadorismo.

As pessoas mais jovens são alvos de precariedade, muitas vezes por não estarem familiarizadas com todos os contornos dos seus contratos de trabalho e são quem tem mais dificuldade em integrar-se nos respetivos sindicatos.

Somos a geração que vê com receio o futuro, num mundo cujos recursos são explorados sem critérios de sustentabilidade, mesmo em Portugal as grandes empresas passam impunes aos crimes ambientais de que são culpadas.

A vida parece aproximar-se irremediavelmente dos grandes centros urbanos, ficando o interior quase ao abandono, resultando numa frustração das novas gerações, que muitas vezes se sentem forçadas a mudar de cidade para construir a sua vida.

Somos a geração com mais dificuldade em defender-se do machismo, da bifobia, da transfobia, da homofobia e do racismo, em todas as formas que estas violências conservadoras assumem.

E todos estes problemas são sempre agravados nas famílias mais pobres, um mundo em que umas pessoas crescem sem recursos, enquanto que outras crescem com todos os recursos é um mundo desigual, onde a meritocracia cairá em falácias.

É uma injustiça o sacrifício enorme que algumas famílias têm de suportar para xs seus filhxs poderem frequentar o ensino superior, injustiça essa que só será resolvida quando as propinas acabarem e a ação social for suficiente.

A escola básica e secundária continua a formatar as crianças e adolescentes no sentido da produtividade capitalista, desprezando as artes e os problemas sociais do mundo que existe do outro lado das paredes, resultando numa educação alienada e despolitizada.

Com o acordo com o PS, foi possível parar a austeridade dos governos da direita, subservientes do grande capital, foi possível o aumento do salário mínimo, a redução das propinas, entre outras vitórias. Apesar de cumprirmos alguns objetivos, não foi possível ir além dos interesses instalados do PS, ficando os problemas por resolver na sua raiz, como a renegociação da dívida.



A nível internacional, o crescimento da extrema direita é preocupante, estando associado ao crescimento de políticas xenófobas. O caso de Donald Trump, nos E.U.A., é gritante, tendo ele, em 2019, parado o governo durante mais de um mês, deixando quase um milhão de trabalhadorxs da função pública sem ordenado por tempo indefinido, para forçar o parlamento a aceitar unilateralmente as suas decisões. Nomeadamente, a construção de um muro físico na fronteira entre o México e os E.U.A., símbolo das fraturas que a xenofobia produz. Estes comportamentos são sintomáticos do fascismo, e não podem ser tolerados.

Na Europa, a crise dxs refugiadxs mostrou como os valores Europeus estão mais voltados para servir os interesses económicos do que os interesses humanitários. É importante haver uma postura crítica da União Europeia, difícil num contexto em que a comunicação social trata qualquer opinião crítica como antieuropeísta.

O BE está na linha da frente de todas estas lutas e com esta moção de orientação política pretendemos contribuir de forma crítica e construtiva para soluções socialistas para as problemáticas que afetam xs jovens.

EMPREGO DIGNO

É verdade que o desemprego jovem diminuiu, mas ausência de desemprego não é sinónimo de pleno emprego. Se fugirmos do primeiro estamos a passos largos de uma autêntica mercantilização das relações laborais, onde a lógica da oferta e da procura impera, o que conduz a uma desvalorização dx trabalhadorx, uma capacidade negocial reduzida a zero frente ao patronato, o que tem que ser travado. A máxima tem que ser por um posto de trabalho efetivo, um contrato com todos os direitos o que significa que, os estágios, os contratos a termo têm que ser exceção e não a regra.

Entre xs jovens não é o que se verifica, em regra, todxs começamos os primeiros passos profissionais através de estágios, essencialmente não remunerados ou os famigerados estágios IEFP. Na verdade, se o fim das propinas é um importante passo para que se afirme a igualdade de oportunidades não menos o é terminar com os estágios não remunerados e regulamentar condições mínimas para os estágios. Caso contrário, a igualdade de oportunidades volta a ser negada, pois após uma licenciatura, quiçá um mestrado, obviamente, não é para todxs um estágio não remunerado. Agrava o facto de, em algumas áreas, o acesso à profissão depender desse estágio, o que faz nascer um “estado de necessidade” tal que culmina na sujeição a trabalhos completamente precários - e, em última instância, uma elitização no próprio acesso a certas profissões.

Para as pessoas com diversidade funcional, além das barreiras físicas do dia-a-dia, acresce as barreiras burocráticas demoradas e desnecessárias só para poderem aceder ao apoio na procura de emprego. A dificuldade de jovens com diversidade funcional de aceder a emprego digno é enorme e é grave. Viver no desemprego com subsídios do Estado que são claramente insuficientes para construir uma vida independente, é revoltante.

Face à realidade do trabalho precário, é fundamental xs jovens integrarem-se em (ou construir) sindicatos, onde poderão reivindicar os direitos associados às suas atividades profissionais. Sendo sabido que, por vezes, há uma maior dificuldade por parte de pessoas jovens em integrarem-se em sindicatos



e sabendo que também há uma dificuldade acrescida em compreender os contornos dos primeiros contratos de trabalho, é relevante a coordenadora nacional de jovens (CNJ), em articulação com a coordenadora nacional do trabalho, no BE, promover a organização de jovens pelo direito ao trabalho digno, nos seus vários contornos.

ECOSSOCIALISMO

Há uma consciência crescente, nas novas gerações, da urgência das políticas ambientalistas, como foi evidenciado pela elevada adesão à greve climática estudantil.

Urge desenvolver uma economia circular, capaz de otimizar a utilização dos diversos recursos, com o mínimo de desperdício. O capitalismo verde tenta resolver a crise ambiental através da criação de novas formas de negócios que, contudo, continuam subservientes da política capitalista que produziu a crise ambiental em primeiro lugar. No fundo, é o grande capital a tentar apoderar-se de um novo mercado, sem soluções verdadeiras e transversais às diferenças de classe.

O ecossocialismo é a solução verdadeira, pois procura uma mudança estrutural e profunda dos meios de produção e distribuição, indo à raiz do problema. Aborda o ambiente de forma holística, sabendo que as pessoas são dependentes da natureza e que sem uma mudança social estrutural, não poderá haver resolução verdadeira.

O ativismo ambientalista, por um lado, tem de ser internacional, visto que a poluição não conhece fronteiras. Por outro lado, tem de ser local, visto que cabe a cada pessoa contribuir para um mundo mais sustentável, o que inclui exigir, junto dos órgãos de decisão local medidas ambientais. Todavia, é fundamental compreender que a origem do problema está na grande indústria, sendo necessário, portanto, uma regulamentação mais apertada. Temos de abolir o paradigma segundo o qual o planeta é feito para os mercados e responsabilizar quem realmente contribui para a maior parte das alterações climáticas e da poluição.

A crise ambiental poderá parecer distante, mas já nos bateu à porta, não se limita ao futuro, faz-se sentir hoje, seja na existência de refugiados climáticos, seja no colapso evidente da biodiversidade, a desflorestação, entre outras situações. No rio Tejo, por exemplo, várias fábricas que despejam poluentes têm passado impunes, devido à vista grossa do Ministro do Ambiente. Espanha mantém uma central nuclear e um armazém de resíduos nucleares junto desse mesmo rio, com planos de lá ficar por mais vinte anos.

Algumas pessoas tentam vender a energia nuclear como verde, mas a extração de urânio e os riscos de um acidente nuclear estão muito longe de serem uma alternativa.

É fundamental uma transição energética, que nos liberte da dependência dos combustíveis fósseis, e essa transição tem de colocar de lado a energia nuclear, apostando-se no investimento em energia eólica e solar. Portugal tem ultrapassado recordes na produção de energia renovável, mostrando que é uma alternativa possível. Resta-nos fazer campanha por um investimento público nestas energias e pela renacionalização do sistema elétrico Português.



INTERIOR

No interior há cada vez menos jovens, não por falhas na natalidade, como os partidos conservadores de direita afirmam, mas pela incapacidade crónica do interior do país em manter as populações mais jovens atraídas às suas terras de origem, ou de atrair pessoas novas para essas zonas. De facto, o vazio de atividade e investimento no interior tem provocado um êxodo, muitas vezes forçado, de jovens que sentem que não podem construir uma vida emancipada nas regiões onde nasceram e cresceram.

Algumas das principais razões para este êxodo de jovens para os grandes centros urbanos, incluem a falta de bom emprego nas suas regiões, não só o emprego não precário, mas o trabalho que se adequa às características da pessoa. Outros fatores incluem a degradação dos serviços públicos, muito mais evidente no interior, onde muitas vezes nem há transportes públicos, em condições, para o necessário acesso aos serviços de saúde. A situação dos serviços públicos tem-se agravado devido ao esvaziamento dos serviços sociais.

Outro fator importante, é a inclusão da diversidade das pessoas, que é fundamental para uma vivência plena e emancipada. Não basta sentir que podemos ter um bom emprego na nossa “pequena” cidade do interior, porque se não sentirmos que fazemos parte da vida pública, então ficamos impotentes, ou pior, entediados. Neste sentido, construir espaços abertos e as bases para uma vida livre de preconceitos sociais será um passo fundamental.

Para resolver algumas destas questões, são necessárias reformas de esquerda mais profundas que aquelas que o PS está disposto a ceder. O processo de descentralização promovido pelo PS, com o apoio do PSD, é um simulacro que não tem corrido bem, por não vir acompanhado de um projeto político verdadeiramente focado em descentralizar o país e colmatar os respetivos desequilíbrios.

A descentralização de competências não vem acompanhada de um envelope financeiro para responder às necessidades locais, vai-se tornar apenas numa centralização de poder nos Presidentes de Câmara. Na prática, está-se a verificar uma desresponsabilização encapotada do Estado, que delega funções onde poderá não haver a capacidade de as exercer. Mais preocupante, ainda neste contexto, é a transferência de competências para órgãos não eleitos, minando ainda mais a voz das populações locais.

Um caso gritante de desigualdade territorial está no recente investimento no transporte público. O objetivo é reduzir o preço dos passes, o que em si é um objetivo positivo. Todavia, enquanto que para Lisboa e Porto vão 88 milhões de euros, para a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Médio Tejo e para a CIM da Lezíria do Tejo, couberam, respetivamente, 893 mil e 63 mil euros. Contudo, há um movimento pendular de milhares de pessoas, todos os dias, de casa para o trabalho e do trabalho para casa entre estas zonas e a área metropolitana de Lisboa. O custo e tempo perdido em transportes é uma injustiça que se continua a agravar para quem vive na periferia e no interior do país, o BE propôs que a redução dos passes fosse mais alargada e equilibrada ao longo do país. É fundamental que a luta dos jovens do BE por transportes públicos de qualidade não se limite aos centros urbanos de Lisboa e do Porto.

As problemáticas do interior revelam a necessidade de uma atividade autárquica mais forte por parte do BE. Há dificuldades acrescidas de ativismo jovem do BE



em várias zonas do interior e em especial as mais isoladas.

Neste sentido, também é importante xs jovens sentirem-se integradxs na vida autárquica do BE, como meio de dar voz às questões dxs jovens locais. Há um conjunto de obstáculos a ter em conta, nomeadamente, o peso local que as câmaras municipais têm em toda a vida das regiões, muitas vezes influenciando a própria oferta de emprego. Consequentemente, muitas pessoas ficam com receio de se organizar em movimentos de esquerda, porque essas mesmas câmaras municipais são quase sempre controladas pelo centrão do PSD e PS.

Por fim, referimos a reduzida oferta cultural que existe no interior, a maior parte da qual está subserviente do mercado.

É importante a CNJ, em conjunto com o grupo de trabalho autárquico e organizações locais do BE, apoiar xs jovens locais nas reuniões dos respetivos conselhos municipais de juventude e incentivar à participação nos mesmos.

O interior do país não deve ser estanque, isolado nem desertificado. Deve-se procurar torná-lo convidativo a qualquer pessoa que lá queira viver, e isso passa sempre pelo emprego digno, pelos serviços públicos eficientes, pela igualdade social e acesso à cultura, bandeiras que a esquerda terá sempre presentes.

EMANCIPAÇÃO QUEER E FEMINISTA

O BE tem conseguido várias vitórias para os direitos das mulheres e das pessoas Queer. Contudo, a maioria das vitórias são do ponto de vista legislativo. Apesar dessas vitórias serem muito importantes, seja na autodeterminação de género, na adoção de crianças por casais do mesmo sexo, entre outras, ainda são incompletas. Além da legislação, é fundamental haver uma mudança cultural e social profunda, capaz de incluir e respeitar, verdadeiramente, todas as pessoas.

Para essa mudança radical, além dos ativismos que já são realizados, a arte e a literatura têm um papel fundamental. Incentivar a criação de uma cultura mais aberta e menos patriarcal, menos focada no homem cis hétero normativo, poderá ter resultados positivos na forma como o papel da mulher na sociedade é visto e na forma como as pessoas Queer são tratadas. Visto que o denominador comum do machismo e lgbti-fobia de todos os tipos é a sociedade e cultura patriarcal.

As pessoas Queer são tratadas como se fossem raridades de outro mundo, quando na verdade são pessoas normais, que fazem parte de qualquer sociedade e que existem em todo o lado. Valorizar a diversidade é um passo fundamental e xs jovens têm imenso potencial para contribuir para essa mudança.

A campanha por um ensino de cidadania e igualdade de género é fundamental nesse processo, de modo a acabar de vez com a normalização do assédio e da violência no namoro. Por outro lado, é necessário combater as diferenças salariais entre homens e mulheres, além de combater os obstáculos adicionais que são impostos às mulheres na progressão das suas carreiras profissionais. O ensino e a sociedade devem eliminar os estereótipos sexistas a todos os níveis, desde o trabalho às cores que cada qual gosta. Os programas escolares devem enfatizar mais a importância dos movimentos sociais do século XX e condenar os erros do passado.



A CNJ tem um papel importante no apoio aos movimentos sociais que promovem tanto a luta feminista como a luta Queer. E deve opor-se à mercantilização das lutas feminista e Queer, quando esvazia o conteúdo político em prol do lucro.

LUTA ANTI-RACISTA

As pessoas que migram de outros países para Portugal devem ser integradas e respeitadas, procuram um lugar que lhes ofereça melhores condições de vida e trazem consigo a sua cultura e costumes, na forma habitual de vivência bem como na forma de se sentirem ligadas à sua terra. Essa bagagem, da diversidade das pessoas e culturas, é de valorizar num mundo livre de opressões.

Temos de recusar o racismo institucional, que existe desde as escolas até à polícia. Os recentes acontecimentos no bairro da jamaica, bem como a reação social mostraram que, infelizmente, ainda existe um racismo bastante enraizado na nossa sociedade.

No ensino, é necessário desconstruir o colonialismo Europeu e mostrar que a diversidade humana é positiva para a sociedade. As desigualdades são profundas e têm resultado num enviesamento no acesso ao próprio ensino superior, onde pessoas afrodescendentes são uma minoria.

É necessário receber xs refugiadx, dando-lhes condições de vida digna, para se incluírem inteiramente na vida pública. E é necessário combater por uma outra lei da nacionalidade, que facilite e desburocratize todo o processo de nacionalização Portuguesa, a quem vive e trabalha cá e respetivxs filhxs.

INCLUSÃO DA DIVERSIDADE FUNCIONAL

As empresas, estabelecimentos e fábricas não se encontram preparadas para empregar pessoas com diversidade funcional, contribuindo desta forma para que as suas lutas diárias ainda sejam menos inglórias. Apesar de terem sido criados diversos subsídios que visam promover a autonomia económica dxs portadores de deficiência, são pensões mínimas que nem sequer chegam para as despesas diárias ou mensais básicas, como a compra de medicamentos e de equipamentos necessários para ter alguma qualidade de vida (bengalas para pessoas invisuais, cadeiras de rodas...).

Apesar de terem sido criadas algumas áreas de leitura especial (Braille) destinadas a pessoas cegas, a produção e transcrição de livros torna-se ultrapassada e insuficiente, não atingindo em grande parte as preferências dxs leitorxs. A produção destes livros deve ser uma prioridade do governo, para que a cultura seja de todas as pessoas. Devem ser canalizadas verbas para apoiar as pessoas com diversidade funcional no acesso à cultura.

Todas as escolas têm de ter oferta de língua gestual Portuguesa para xs estudantes, é uma luta decisiva na inclusão da diversidade funcional. Bem como a formação de todxs xs professorxs no sentido de inclusão plena de pessoas com diversidade funcional. Essa formação ser universal a todo o corpo docente impede a segregação dessas crianças e adolescentes em turmas "especiais" para o efeito.



SAÚDE

O acesso universal à saúde pública de qualidade é uma luta permanente do BE. Como sempre, as famílias pobres são as mais vulneráveis, o acesso gratuito e não burocrático a todos os cuidados de saúde é uma luta necessária, que inclui a exigência por mais investimento público. Esse investimento na saúde não se pode limitar às estruturas, tem de incluir a contratação, com direitos, de mais pessoal.

É na juventude que começa, também, a saúde preventiva. Nesse sentido, a promoção de hábitos de vida saudáveis, informados e conscientes, é relevante e um passo necessário para uma vida emancipada e independente.

A saúde preventiva não se deve limitar à saúde física, deve incluir a saúde mental. De facto, o mundo de hoje, tão obcecado pela produtividade capitalista, tem levado a um excesso de ansiedade, que se tem traduzido em números crescentes de depressão entre outros problemas de saúde mental. Efetivamente, mais de 25% dxs estudantes adolescentes apresentam sintomas de depressão.

Tradicionalmente, a saúde mental tem sido colocada em segundo plano, resultando, muitas vezes, em estigma e incompreensão social. Sensibilizar as pessoas para a saúde mental é um passo importante para a sua prevenção e cura.

A educação sexual séria, nas escolas, é outro exemplo de saúde preventiva e não se deve focar apenas em pessoas cis hétero normativas, tem de se expandir às necessidades de pessoas trans e não heterossexuais. É necessário acabar com o pudor muitas vezes associado à educação sexual, de modo a torná-la muito mais séria e capaz de promover a saúde das pessoas jovens.

É preciso acabar com o estigma social, o paternalismo e a recriminação dxs jovens que consomem drogas, sejam leves ou pesadas. A luta pela legalização das diferentes drogas é uma luta pela sua regulamentação, pelo consumo consciente e informado, que não vai existir enquanto o assunto for abordado com o preconceito conservador que parece invadir, nos últimos tempos, o debate público. Ainda sobre o consumo de drogas, as salas de consumo assistido, conhecidas por "salas de chuto", estão avassaladoramente comprovadas como eficazes na prevenção e promoção da saúde pública.

DIREITO À CIDADE

O direito à cidade vai além da habitação, inclui a acessibilidade de todas as pessoas, inclui a existência de transportes públicos bons e acessíveis, inclui espaços verdes, de lazer e de cultura, de livre acesso e não restritos a uma elite de turistas. Os espaços públicos devem ser geridos de forma aberta e democrática, não permitindo que sejam controlados pelo mercado do turismo, que resulta na gentrificação.

O turismo deve ser regulamentado e deve promover o interesse público. Se nas grandes cidades tem roubado espaço às pessoas, noutras regiões mais isoladas do interior do país, pode ter o potencial de aumentar o movimento e valorização dessas regiões. É fundamental que as cidades históricas tenham o seu património acessível a toda a população e que sejam os órgãos eleitos democraticamente a gerir tais espaços, sejam os castelos, palácios e igrejas das



classes do poder, sejam as minas e fábricas das classes operárias, espaços que, nas cidades, tendem a ser esquecidos.

No direito à cidade, contudo, o problema mais gritante é o da habitação, que se tem tornado numa barreira à emancipação e independência dxs jovens. Blindadas com rendas exorbitantes, torna-se quase impossível ou até mesmo impensável alugar uma casa, ou simplesmente um pequeno quarto. No caso dxs estudantes, para quem estuda longe de casa, aliadas à renda, existem sempre outras despesas, as propinas da faculdade, alimentação, livros e tudo aquilo que advém do quotidiano de quem estuda. Apesar de existirem residenciais estudantis estas muitas vezes tornam-se insuficientes face ao número de estudantes, deixando-os numa preocupante situação de precariedade.

A lei de Assunção Cristas aprovada no governo PSD/CDS-PP, liberalizou por completo o mercado da habitação, provocando uma vaga de despejos nos centros urbanos. Com esta lei, os senhorios passaram a concretizar aumentos no valor de mais de 100% do valor das rendas e muitos fizeram bulling imobiliário, criando despejos. Os problemas da habitação também se estendem aos bairros sociais, visto que estes estão completamente degradados e com falta de manutenção, e a maioria esmagadora não tem intervenções faz mais de 30 anos.

A crise da habitação conduz a fenómenos de perda de identidade dos bairros e a uma drenagem cultural, mas também afasta xs mais jovens, transformando os centros urbanos em “centros hoteleiros”.

O Estado deve assegurar uma habitação digna para todxs, como a Constituição assim contempla. Portugal só tem 2% de habitação pública, muito baixo em relação à UE! Enquanto socialistas, temos de exigir um serviço nacional de habitação, que permita, de uma vez por todas, que toda a gente tenha uma casa onde viver, independentemente da sua condição socioeconómica, passo fundamental para acabar com a crise habitacional.

CULTURA E ARTE

O ensino artístico, e as respetivas carreiras, não pode ser colocado em segundo plano. É quase impossível para jovens mais pobres enveredar por essas carreiras, que muitas vezes envolve terem de se deslocar para outras cidades e/ou para o ensino privado. É fundamental a escola pública ter uma oferta completa e satisfatória para o ensino artístico.

O acesso gratuito à arte e cultura tem benefícios, sejam individuais, coletivos, ou políticos, encontrar formas de democratizar o acesso à arte é importante para uma sociedade pensadora e crítica, capaz de lutar pela sua liberdade. Por outro lado, não pode ficar de lado a valorização da carreira profissional dxs artistas.

Trump quer que Portugal invista mais de 1% do PIB nas forças armadas, nós temos de gritar: em vez de mais de 1% para a guerra, mais de 1% para a cultura!

ESCOLA EMANCIPADA

O conservadorismo estrutural que existe nas escolas reflete-se na falta de democracia, no preconceito institucional e num panorama de ensino viciado



na otimização monolítica da produção de dinheiro. O conhecimento é apenas valorizado enquanto meio para se entrar num curso superior, com o argumento de ser um pré-requisito para um bom emprego. Quando na verdade toda a gente, independentemente da formação, tem direito a um emprego digno. Depois, quando há estudantes com mais dificuldades ou aprendizagem lenta no ensino básico, são muitas vezes recambiadxs para cursos profissionais de pouca qualidade, com o pretexto de que é a melhor forma de encontrarem trabalho.

Há um défice de formação cívica nas escolas, que se reflete numa despolitização preocupante. Aliado a esse défice, a segregação precoce de estudantes em humanidades e ciências, muitas vezes pressionando xs estudantes em direção à oferta de emprego, dificulta a existência de uma educação plena e capaz de satisfazer x estudante enquanto pessoa que é, e não enquanto máquina, na engrenagem capitalista.

Por fim, o investimento no ensino básico e secundário é fundamental, e deve incluir e expandir as condições de trabalho dxs professorxs. Isso será mais importante para uma aprendizagem de qualidade do que a subserviência a exames nacionais.

ENSINO SUPERIOR SEM ELITISMOS

O Ensino Superior tem preços proibitivos, esses preços filtram as pessoas com mais dificuldades financeiras, resultando num elitismo injusto. Esse elitismo aprofunda as desigualdades sociais, visto que quem nasce em famílias mais ricas tem acesso facilitado a formação superior e a um leque mais alargado de melhores profissões. Enquanto que quem tem o azar de nascer em famílias mais pobres, muitas vezes, desiste de ter uma formação superior e de seguir a sua carreira profissional desejada. E este ciclo aprofunda-se com cada aumento do preço dos quartos, com cada burocracia redundante dos serviços de ação social, com as propinas, com os custos do material escolar, dos livros, impressões, dos transportes, da comida...

O BE conseguiu reduzir as propinas, uma vitória histórica que provou que é possível um modelo diferente de financiamento do Ensino Superior, agora é necessário continuar a insistir e a lutar, até à propina zero. Contudo, a campanha não se pode limitar à propina zero, é fundamental que a luta seja pela igualdade do acesso ao ensino superior público, que terá de incluir apoios de Ação Social mais completos, que não se limitem a pagar as propinas, mais residências e com condições dignas.

É necessário combater todas as formas de mercantilização do Ensino Superior, encapotadas, por exemplo, nos regimes Fundacionais a que algumas Universidades públicas aderiram. É preciso combater a visão dx estudante enquanto cliente e valorizar mais a sua voz na tomada de decisão. O modelo de gestão do Ensino Superior tem de se tornar mais democrático, urge uma revisão aprofundada do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e da estrutura dos cursos, por exemplo, o processo de Bolonha desvalorizou bastantes cursos com razões economicistas por trás.

A praxe abusiva tem de ser impedida, é urgente sensibilizar e alertar xs estudantes sobre as práticas da praxe, mostrando que há formas alternativas de integração dxs estudantes, recusando quaisquer tipos de tradições que



perpetuem o machismo, a lgbti-fobia e as hierarquias verticais.

NOVAS TECNOLOGIAS

Vivemos e nascemos num mundo tecnológico, onde toda a gente está ligada pela internet. Essa realidade recente traz consigo novos paradigmas para a democracia como a conhecemos. Tanto pelo lado positivo como pelo negativo.

Se por um lado a internet permite a livre divulgação de informação e liberdade de expressão política, por outro lado, tem aberto espaço a grupos de extrema direita, que parecem ampliados pelas redes sociais. Mais preocupante, a divulgação descontrolada de “fake news” traz problemas sérios ao debate político.

O Artigo 13 é um mau exemplo da regulação de internet, resultante de uma luta de mercados e a sua aprovação abre uma caixa de pandora para a censura política.

As novas tecnologias, além de influenciarem profundamente o modus operandi da democracia, estão a mudar profundamente a natureza do trabalho e são uma oportunidade de desburocratização dos processos públicos. Contudo, isto significa que é importante lutar pelo acesso universal às novas tecnologias.

As campanhas de jovens têm de ter em consideração as novas tecnologias de informação, que se estão a transformar num dos espaços principais da democracia. É importante xs jovens começarem a debater a influência das novas tecnologias nas várias áreas de intervenção social e de forma interseccional.

ORGANIZAÇÃO DE JOVENS NO BE

Deve haver uma discussão séria e profunda sobre as competências, responsabilidades e forma de trabalho da CNJ, com intuito de aumentar a estrutura jovem de todo o país, sempre em vista à democracia, horizontalidade, bem como a participação de todxs xs jovens.

As reuniões descentralizadas não funcionaram muito bem, mas fazer atividades descentralizadas funcionou bem para incluir mais xs jovens do interior, bem como integrar xs jovens aderentes da região na organização das atividades.

Algumas das dificuldades estruturais na organização de jovens são os transportes, o dinheiro e a falta de independência, por imposição de algumas famílias mais conservadoras. São fatores que influenciam a atividade jovem e que a CNJ deve tentar resolver, dentro das suas possibilidades, em articulação com as concelhias e coordenadoras distritais.

ATIVIDADES PROPOSTAS

- > Manter as seguintes atividades dxs jovens do BE, mantendo o esforço de descentralização das mesmas:
 - Liberdade;
 - Inconformação;
 - Encontro de jovens ativistas
- > Apoiar a edição do Pão&Cravos;



- > Promover reuniões abertas;
- > Enviar a ordem de trabalhos e minutas das reuniões para todxs jovens, quando possível;
- > Apoiar grupos ativistas que partilhem das mesmas lutas;
- > Apoiar a organização local de jovens;
- > Reunir com os outros grupos de trabalho e coordenadoras distritais do BE, no sentido de articular e integrar os ativismos dxs jovens enquanto parte integrante do partido e não separada. Bem como articular atividades conjuntas;
- > Campanhas propostas
 - Inclusão da diversidade funcional nas escolas;
 - Por um ensino de cidadania e igualdade;
 - Pela igualdade de acesso ao ensino superior público;
 - Pela dignidade no emprego jovem.
- > Plenário nacional de jovens a meio do mandato.

LISTA C

1. Francisco Pascoal, 12538, Santarém
2. Tiago Carvalho, 12585, Santarém
3. Filipa Afonseca, 9523, Porto
4. Cátia Travessa, 13124, Santarém
5. Pedro Henrique, 12731, Lisboa
6. Romana Lobo, 11914, Aveiro
7. Diogo Borges, 12897, Porto
8. Micaela Morgado, 13107, Santarém
9. Diogo Santos, 13123, Santarém

Representante da lista na COC:

Filipa Afonseca, 9523, Porto

SUBSCRITORXS

1. Adriana Gomes, 11201, Viseu
2. Ana Araújo, 11619, Porto
3. Ana Paula, 14159, Porto
4. Beatriz Carvalho, 14024, Vila Real

5. Cátia Travessa, 13124, Santarém
6. Diogo Borges, 12897, Porto
7. Diogo Franco, 14208, Lisboa
8. Diogo Santos, 13123, Santarém
9. Eduardo Matoso, 14334, Lisboa
10. Filipa Afonseca, 9523, Porto
11. Francisco Pascoal, 12538, Santarém
12. João Amorim, 14116, Lisboa
13. Pedro Henrique, 12731, Lisboa
14. Leonor Gomes, 12847, Santarém
15. Mauro Belas, 13317, Santarém
16. Micaela Morgado, 13107, Santarém
17. Miguel Coelho, 13126, Porto
18. Nina Jokisic, 11899, Madeira
19. Patrícia Abrantes, 12927, Santarém
20. Pedro Reis, 14161, Santarém
21. Rodrigo Gonçalves, 9186, Santarém
22. Romana Lobo, 11914, Aveiro
23. Sandra Castro, 13665, Braga
24. Tiago Carvalho, 12585, Santarém
25. Vânia Velez, 9808, Santarém